



Pouca audiência: reunião teve fraca participação

## Montenegrinos não terão isenção no pedágio da Tabai/Canoas

Instalação da praça de pedágio na BR 386 divide lideranças

**MONTENEGRO** – Se esperava uma participação bem maior na audiência pública que debateu a instalação de uma praça de pedágio no trecho montenegrino da BR 386 (Tabai/Canoas). A expectativa era tão grande de casa lotada, que foram colocadas 418 cadeiras no salão nobre do clube Riograndense, no centro, e o horário de cadastramento foi antecipado em uma hora. Não precisava. Apenas 105 pessoas estiveram no encontro realizado na tarde da última quarta-feira, dia 22. E se descontar os políticos e assessores, o número de pessoas da comunidade caiu pela metade.

O assunto é relevante e deveria ter um maior interesse da população. Em Lajeado, onde uma audiência pública aconteceu na semana passada no mesmo horário, o auditório ficou lotado com mais de 700 pessoas. A reunião foi organizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) visando apresentar o projeto sobre concessão de rodovias federais e ouvir a opinião da comunidade. Trinta pessoas chegaram a se inscrever para falar, mas quando o encontro estava terminando, no início da noite, praticamente todas as cadeiras já estavam vazias.

Marcelo Fonseca, assessor da diretoria da ANTT, desta-

cou os grandes investimentos que serão feitos com a concessão da BR 386. “Será uma rodovia de alto padrão”, diz, comparando com a freeway. Sobre a tarifa, explica que será calculada de acordo com o tamanho do trecho. Ele calcula que ficará em 7 reais, pagando ida e volta. Quanto ao pedido de isenção para os motoristas de veículos emplacados em Montenegro, Marcelo deixou claro que isso dificilmente poderá ocorrer, pois não existe nenhum caso em pedágios de rodovias federais. “Temos grande dificuldade em fazer isso. Geraria problemas estruturais”, afirma. Quanto a demora para início das obras, mesmo já com arrecadação, Marcelo acredita que isso poderá ser antecipado, já começando no segundo ou terceiro ano de cobrança. Entre as vantagens, destacou que vai gerar empregos, melhores condições da rodovia, segurança, serviços e arrecadação de impostos para o município.

Quem também se manifestou favorável ao pedágio foi o secretário estadual dos transportes, Pedro Westphalen. Ele salientou que as obras são uma emergência e só com a concessão poderão ser realizadas. O mesmo pensa o prefeito de Montenegro, Luiz Américo Aldana. O prefeito montenegrino conside-

ra que com melhor estrutura na rodovia será possível atrair mais investimentos e empresas, além de mais segurança na pavimentação e serviços, iluminação, videomonitoramento, geração de empregos e arrecadação de ISS (imposto sobre serviços) para o município. “São medidas necessárias. Não podemos nos omitir. Mas queremos uma tarifa justa, que não fique cara para os usuários”, declarou.

Por outro lado, vereadores, demais prefeitos e quatro deputados estaduais que estavam presentes na reunião, além da maioria dos que falaram se posicionaram contra o pedágio. “Sou contra devido ao custo para a população e principalmente para os transportadores e agricultores”, falou o prefeito de Brochier, Clauro Carvalho. “Não se pode pensar só na arrecadação. Não podemos aceitar este formato de pedágio, com concessão de trinta anos e tarifa cara. Isso vai prejudicar a nossa economia. A rodovia já está duplicada e com as principais obras”, protestou o prefeito de Taquari, Emanuel de Jesus, o “Maneco”. Também foi solicitado que o tema das concessões de rodovias e instalação de praças de pedágio seja mais amplamente debatido antes de se tomar uma decisão final. (GSB)